

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Trata-se da **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS, COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A MEDIANA DO BANCO DE PREÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BPS)**, destinados aos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, por meio de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

2.1. O fornecimento dos medicamentos se dará conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

2.2. Os tipos de medicamentos estão listados na Tabela 1, disponível para consulta pública no endereço eletrônico oficial Ministério da Saúde:

https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/banco-de-precos?utm_source=chatgpt.com

2.3. Para fins de formação dos preços, controle e faturamento, serão considerados as **medianas** dos valores vigentes no Banco de Preços em Saúde – BPS na data da emissão da autorização de fornecimento, aplicando-se sobre estes o percentual de desconto registrado pela contratada.

*Justificativa: A **mediana do Banco de Preços em Saúde (BPS)** é uma medida estatística que representa o **valor central dos preços registrados para determinado medicamento ou produto de saúde**, após a ordenação dos preços do menor para o maior. Em outras palavras, metade dos preços observados fica abaixo da mediana e a outra metade fica acima dela.*

Tabela 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE
01	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE “A” A “Z”	UNIDADE
02	MEDICAMENTOS IMILARES DE “A” A “Z”	UNIDADE
03	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE “A” A “Z”	UNIDADE
04	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE “A” A “Z”	UNIDADE

2.4. Todos os medicamentos, sejam de fabricação nacional ou importados, devem conter, obrigatoriamente, em seus rótulos e bulas, informações redigidas em língua portuguesa, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Tais informações devem abranger, no mínimo: número do lote, data de fabricação e prazo de validade, identificação do responsável técnico, número de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como a denominação genérica e respectiva concentração do produto.

2.5. Referida exigência encontra respaldo no art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece o dever de fornecimento de informações claras, precisas e ostensivas ao consumidor.

3. DO LOCAL

3.1. O fornecimento do objeto ora licitado se dará dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, através da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme descrição de Municípios contida na Tabela 2.

Tabela 2 Municípios Consorciados à AMESP

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAMANDUCAIA

CAMBUÍ
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPIIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

4. DOS PRAZOS.

4.1. O prazo para o fornecimento dos medicamentos será de até 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

4.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que o fornecimento de acessórios e materiais esportivos tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

4.3. O prazo de vigência do Contrato será de até 1 (um) ano a partir da sua assinatura.

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, a EMPRESA CONTRATADA deverá:

5.1. Entregar os medicamentos disponíveis em estoque, em até 10 (dez) dias, após a emissão da ordem de fornecimento.

5.2. Fornecer produtos com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da validade total especificada pelo fabricante, na data de sua entrega, quando for o caso de produtos com data de validade.

5.3. Apresentar no ato da entrega dos produtos, no almoxarifado, registro no Ministério da Saúde e registro junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

5.4. Apresentar os produtos em embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas, as condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

5.5. Nas embalagens deve constar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com respectivo número do CRF e a unidade federativa na qual está inscrito.

5.6. Os números dos lotes devem estar especificados na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

5.7. Responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em decorrência do fornecimento objeto do presente registro de preços.

5.8. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a AMESP, seus municípios membros ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

5.9. Obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT.

5.10. Substituir os medicamentos em até 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, no caso de constatação de vício oculto ou anomalia.

5.11. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica dele.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

6.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as

obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

6.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.

7.4. Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

7.6. Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Atestado(s) / Certidão (ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.2. Alvará de Localização e Funcionamento.

8.3. Autorização de Funcionamento da empresa licitante emitido pela ANVISA ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art.2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art.2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

8.4. PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de acordo com a Resolução ANVISA RDC nº 16/2013.

8.5. Boas práticas de Distribuição e Armazenamento no caso de Distribuidor.

8.6. Poderão ser solicitadas cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

9. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

9.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro dos últimos 30 (trinta) dias antecedentes à data de abertura desta licitação ou segundo as disposições contidas no documento acerca do prazo de validade dele.

9.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC (apresentar a Certidão de Habilitação Profissional junto com o Balanço), que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

9.3. Documento assinado por profissional legalmente habilitado (contador) demonstrando que a empresa apresenta “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados: a) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.3.1. SOCIEDADES**9.3.1.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A)**

- Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Publicados em Diário Oficial; e,
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.3.1.2. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou,
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.3.1.3. Sociedade criada no exercício em curso:

- Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

9.3.2. A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: “Índice de Liquidez Geral (ILG)”, “Índice de Solvência Geral (ISG)” e “Índice de Liquidez Corrente (ILC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- Índice de Solvência Geral (ISG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

- Índice de Liquidez Geral (*ILG*) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ALRP}{PC + PELP}$$

Onde, *AC*=Ativo Circulante, *PC*=Passivo Circulante, *ALRP*=Ativo Realizável a Longo Prazo, *PELP*= Passivo Exigível a Longo Prazo e *AT*=Ativo Total.

9.3.2.1. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

9.3.2.2. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

9.3.2.3. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

9.3.2.4. Comprovação do Capital Social ou Patrimônio Líquido no mínimo de 10% do valor estimado da contratação, independente dos índices.

Justificativa:

Os índices econômicos indicados na Lei nº 14.133/21, notadamente no artigo 69, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

OBS.: Apenas os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar o Balanço Patrimonial, pela aplicação do disposto no 18-A c/c 68, ambos da Lei LC nº 123/06.

10. DA POSSIBILIDADE DE CARONA

10.1. Será facultado aos órgãos ou entidades não participantes a utilização desta ata de Registro de Preços.

10.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, quando desejarem, poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do ÓRGÃO.

10.3. O total das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo do item registrado na ata de registro de preço do órgão gerenciador.

10.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO.

10.5. Compete ao órgão que aderiu à Ata de Registro de Preços a prática dos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, das penalidades previstas no Edital, em relação às suas próprias contratações, informando a ocorrência ao ÓRGÃO.

10.6. Fica a cargo do representante do ÓRGÃO, manifestar sobre as possibilidades de carona à ata de registro de preços.

11. DOS VALORES E PAGAMENTOS.

11.1. DO VALOR.

11.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 82.791.591,00 (Oitenta e Dois Milhões, Setecentos e Noventa e Um Mil, e Quinhentos e Noventa e Um Reais)**, que representa o total das aquisições dos itens.

11.2. DO PAGAMENTO.

11.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

11.2.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

11.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

11.2.4. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

11.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

12.1. Maior percentual de desconto sobre a mediana do Banco de Preços do Ministério da Saúde (BPS), destinados aos municípios que compõem a Associação Dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.6. Fraudar a licitação;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.7.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.1.1**, **13.1.2** e **13.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4**, **13.1.5**, **13.1.6**, **13.1.7** e **13.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

13.8. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

14. DA JUSTIFICATIVA.

A aquisição dos medicamentos tem por finalidade assegurar a adequada e contínua prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito dos Municípios consorciados à AMESP, garantindo maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica e a manutenção das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Busca-se, ainda, assegurar o acesso tempestivo dos munícipes aos medicamentos essenciais, reduzindo a ocorrência de

desabastecimentos na rede pública municipal e, por conseguinte, mitigando a judicialização da saúde.

Ressalte-se que o direito à saúde constitui garantia fundamental prevista no art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo dever do Estado — compreendidos, neste contexto, os Municípios — assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse sentido, a presente contratação visa atender ao interesse público primário, evitando descontinuidade na assistência e prevenindo riscos à saúde e à vida dos usuários do sistema.

Ademais, a recomposição e o adequado provimento dos estoques de medicamentos configuram medida indispensável para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, contribuindo para a efetividade das políticas públicas de saúde e para a humanização do atendimento prestado à população.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade, adequação e imprescindibilidade da aquisição dos itens constantes deste Termo de Referência, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e dignidade da pessoa humana.

Por fim, os valores estimados para a aquisição dos medicamentos foram apurados com base em critérios técnicos, considerando-se, dentre outros parâmetros, a população de cada Município consorciado, em consonância com as diretrizes de planejamento e dimensionamento da demanda na assistência farmacêutica, tendo como referência dados públicos disponíveis no Banco de Preços em Saúde (BPS), mantido pelo Ministério da Saúde, acessível no endereço eletrônico https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/banco-de-precos?utm_source=chatgpt.com

QUANTO ÀS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

*O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a **formação de consórcios de empresas só tem***

sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

A Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...](Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Pouso Alegre/MG, aos 15 de junho de 2026.

Moacir Franco
Diretor Executivo AMESP

ANEXO 01 – VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1.1. Para a apuração do valor estimado global do processo licitatório para o exercício de 2026, adotou-se como parâmetro inicial os valores praticados em processo anterior realizado por esse órgão (2024), devidamente atualizados. Sobre essa base, procedeu-se à adequação quantitativa em razão da ampliação da demanda decorrente da inclusão de novos Municípios no Consórcio AMESP, bem como o aumento da população estimada dos municípios consorciados em relação ao último processo realizado (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>) resultando em acréscimo estimado de aproximadamente 15,04% (quinze virgula zero quatro por cento).

1.2. Adicionalmente, aplicou-se a recomposição monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando o índice acumulado no período de março de 2024 a fevereiro de 2026 (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>), correspondente a 9,06%% (nove vírgula zero seis por cento).

1.3. Dessa forma, o valor estimado reflete a conjugação de critérios técnicos de atualização econômica e de dimensionamento da demanda, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento das contratações públicas.

2. POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS À AMESP*Tabela 3. Nº de Escolas e/ou Instituições de Ensino Municipal*

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	POPULAÇÃO (IBGE 2025)	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
ALBERTINA	3.027	0,44%
ALFENAS	82.303	11,96%
ANDRADAS	42.501	6,18%
BUENO BRANDÃO	11.168	1,62%
CACHOEIRA DE MINAS	12.302	1,79%
CAMANDUCAIA	27.860	4,05%
CAMBUÍ	31.066	4,51%
CAREAÇU	7.062	1,03%
CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.218	1,63%
CONGONHAL	11.444	1,66%
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	7.132	1,04%
ESTIVA	11.880	1,73%
EXTREMA	59.336	8,62%
INCONFIDENTES	7.537	1,10%
IPIIUNA	9.283	1,35%

JACUTINGA	26.888	3,91%
MONTE SIÃO	25.107	3,65%
OURO FINO	33.285	4,84%
PARAISÓPOLIS	21.076	3,06%
POÇO FUNDO	16.824	2,44%
POUSO ALEGRE	162.133	23,56%
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	42.517	6,18%
SÃO BENTO ABADE	4.846	0,70%
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	6.778	0,98%
SENADOR JOSÉ BENTO	2.149	0,31%
SILVIANÓPOLIS	6.348	0,92%
TURVOLÂNDIA	5.097	0,74%
POPULAÇÃO TOTAL	688.167	100%

3. VALOR ESTIMADO PARA CADA MUNICÍPIO CONSORCIADO À AMESP

Tabela 4. Valor estimado para cada município consorciado à AMESP.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE A" a "Z"	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" a "Z"	VALOR TOTAL ESTIMADO
ALBERTINA	R\$ 146.455,56	R\$ 146.455,56	R\$ 38.465,18	R\$ 32.794,25	R\$ 364.170,55
ALFENAS	R\$ 3.982.071,91	R\$ 3.982.071,91	R\$ 1.045.853,75	R\$ 891.663,37	R\$ 9.901.660,94
ANDRADAS	R\$ 2.056.328,91	R\$ 2.056.328,91	R\$ 540.075,46	R\$ 460.452,05	R\$ 5.113.185,33
BUENO BRANDÃO	R\$ 540.342,14	R\$ 540.342,14	R\$ 141.915,78	R\$ 120.993,12	R\$ 1.343.593,18
CACHOEIRA DE MINAS	R\$ 595.208,54	R\$ 595.208,54	R\$ 156.325,93	R\$ 133.278,77	R\$ 1.480.021,78
CAMANDUCAIA	R\$ 1.347.952,37	R\$ 1.347.952,37	R\$ 354.027,02	R\$ 301.832,76	R\$ 3.351.764,52
CAMBUÍ	R\$ 1.503.068,49	R\$ 1.503.068,49	R\$ 394.766,81	R\$ 336.566,28	R\$ 3.737.470,07
CAREAÇU	R\$ 341.681,25	R\$ 341.681,25	R\$ 89.739,37	R\$ 76.509,08	R\$ 849.610,95
CONCEIÇÃO DOS OUROS	R\$ 542.761,29	R\$ 542.761,29	R\$ 142.551,15	R\$ 121.534,81	R\$ 1.349.608,54
CONGONHAL	R\$ 553.695,87	R\$ 553.695,87	R\$ 145.423,01	R\$ 123.983,28	R\$ 1.376.798,03
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R\$ 345.068,06	R\$ 345.068,06	R\$ 90.628,88	R\$ 77.267,45	R\$ 858.032,45
ESTIVA	R\$ 574.790,89	R\$ 574.790,89	R\$ 150.963,42	R\$ 128.706,86	R\$ 1.429.252,06
EXTREMA	R\$ 2.870.857,92	R\$ 2.870.857,92	R\$ 754.003,84	R\$ 642.840,94	R\$ 7.138.560,62
INCONFIDENTES	R\$ 364.663,21	R\$ 364.663,21	R\$ 95.775,36	R\$ 81.655,19	R\$ 906.756,97
IPIUIUNA	R\$ 449.140,05	R\$ 449.140,05	R\$ 117.962,41	R\$ 100.571,20	R\$ 1.116.813,71
JACUTINGA	R\$ 1.300.924,02	R\$ 1.300.924,02	R\$ 341.675,46	R\$ 291.302,20	R\$ 3.234.825,70
MONTE SIÃO	R\$ 1.214.753,77	R\$ 1.214.753,77	R\$ 319.043,66	R\$ 272.007,00	R\$ 3.020.558,20
OURO FINO	R\$ 1.610.430,53	R\$ 1.610.430,53	R\$ 422.964,46	R\$ 360.606,73	R\$ 4.004.432,25
PARAISÓPOLIS	R\$ 1.019.721,61	R\$ 1.019.721,61	R\$ 267.820,29	R\$ 228.335,51	R\$ 2.535.599,02
POÇO FUNDO	R\$ 813.996,79	R\$ 813.996,79	R\$ 213.788,60	R\$ 182.269,72	R\$ 2.024.051,90

POUSO ALEGRE	R\$ 7.844.492,49	R\$ 7.844.492,49	R\$ 2.060.282,21	R\$ 1.756.534,48	R\$ 19.505.801,67
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R\$ 2.057.103,04	R\$ 2.057.103,04	R\$ 540.278,78	R\$ 460.625,39	R\$ 5.115.110,25
SÃO BENTO ABADE	R\$ 234.464,36	R\$ 234.464,36	R\$ 61.579,86	R\$ 52.501,13	R\$ 583.009,71
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R\$ 327.940,46	R\$ 327.940,46	R\$ 86.130,48	R\$ 73.432,25	R\$ 815.443,65
SENADOR JOSÉ BENTO	R\$ 103.975,22	R\$ 103.975,22	R\$ 27.308,11	R\$ 23.282,07	R\$ 258.540,62
SILVIANÓPOLIS	R\$ 307.135,74	R\$ 307.135,74	R\$ 80.666,31	R\$ 68.773,67	R\$ 763.711,46
TURVOLÂNDIA	R\$ 246.608,51	R\$ 246.608,51	R\$ 64.769,41	R\$ 55.220,44	R\$ 613.206,87
TOTAL	R\$ 33.295.633,00	R\$ 33.295.633,00	R\$ 8.744.785,00	R\$ 7.455.540,00	R\$ 82.791.591,00

